

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE

*Fabiola Hermes Chesani, Jaqueline Krueger, Augusto Cunha Forigo, Sílvia Luci de Almeida Dias, Alessandra Marinho Dias, Gianini de Lima*

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) - Centro de Ciências da Saúde – Curso de Fisioterapia  
R. Uruguai, 458, Bloco 25 A- térreo – Centro – Itajaí/SC  
[fabiola.chesani@univali.br](mailto:fabiola.chesani@univali.br), [silvydias@gmail.com](mailto:silvydias@gmail.com)

**Resumo-** A inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, requer um modelo diferente das propostas existentes. Essa proposta diferenciada parte dos conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas desses profissionais. Dos professores interagirem com seus colegas, formarem grupos de estudos nas escolas para discussão e compreensão dos problemas educacionais sob a luz do conhecimento científico e interdisciplinaridade. Este trabalho tem como objetivo investigar a necessidade de profissionais da área da saúde no processo de inclusão escolar, sob a ótica dos professores. Esta pesquisa foi desenvolvida numa Escola Municipal em Itajaí - SC, no período de março a abril de 2006. Foi aplicado um questionário em 20 professores, onde se analisou a necessidade de uma equipe interdisciplinar nas escolas. Constatou-se que a psicologia foi lembrada por 9 (45%) professores, a psicopedagogia por 8 (40%), a fisioterapia e a fonoaudiologia cada uma por 6 (30%), o educador especial por 4 (20%) e o terapeuta ocupacional por 2 (10%). Os resultados confirmam a importância da atuação de vários profissionais no processo inclusivo.

**Palavras-chave:** inclusão escolar, percepção dos professores, interdisciplinaridade, fisioterapia.

**Área do Conhecimento:** Ciências da Saúde

## Introdução

De acordo com Saviani (2003) o princípio de que a Educação é um direito para todos e um dever do estado foi o que inspirou a organização dos Sistemas Nacionais de Ensino, em meados do século XIX. Isto revela que a educação preocupasse há um século e meio em promover a escolarização, a igualdade social e a universalização a todas as crianças indistintivamente.

O movimento de inclusão social é originário do processo de integração que conforme Garcia (1998) teve suas raízes na Europa, no final da década de 50, com a publicação de uma lei que regulava a Educação Especial e os Direitos Humanos as pessoas com deficiência. A mobilização para a integração destas pessoas pode estar relacionada a conjuntura histórica de três fatores: as duas grandes guerras mundiais, o fortalecimento dos Direitos Humanos e o avanço científico (GARCIA, 1998).

Após a Segunda Guerra Mundial houve um grande número de mutilados e uma escassez de mão de obra, isto gerou uma grande necessidade de programas de reabilitação dessas pessoas para a inserção no mercado do trabalho. Em virtude das guerras surge o Movimento pelos Direitos Humanos, que priorizava a criação de condições de vida, nos padrões normais, também para aos portadores de deficiência (SCHUTZ, 2006).

Em 1948 A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou que todas as pessoas têm direito à educação. Com base no Princípio de Integração, a Declaração de Salamanca e a Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais foi produzida na cidade espanhola de mesmo nome, em 1994, durante o evento denominado “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”. A Conferência aprovou a Declaração de Salamanca, que defende que toda criança tem direito à educação e ao acesso aos conhecimentos, nos sistemas comuns de ensino (GARCIA, 1988).

No contexto brasileiro ainda temos como marco a Constituição Federal (1988) que estabelece atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, principalmente na rede regular de ensino (MANTOAN, 2003). Para provocar mudanças na realidade brasileira e se aproximar de uma premissa ideal, o Ministério de Educação Brasileiro (MEC) instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, enfatizando dois grandes temas: a organização dos Sistemas de Ensino para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais e a formação inicial e continuada do professor.

A grande barreira se constituiu e continua sendo, formação e a capacitação de recursos humanos, os professores das classes regulares para atuar em escolas inclusivas. A inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, requer um modelo diferente das propostas

existentes. Essa proposta diferenciada parte dos conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas desses profissionais. Dos professores interagirem com seus colegas, formarem grupos de estudos nas escolas para discussão e compreensão dos problemas educacionais sob a luz do conhecimento científico e da interdisciplinaridade (BARBA, 2003). Assim, este trabalho tem como objetivo investigar a necessidade de profissionais da área da saúde no processo de inclusão escolar, sob a ótica dos professores.

## Metodologia

Participaram deste estudo 20 professores de uma escola municipal da cidade de Itajaí, Santa Catarina.

Foi utilizado um questionário de identificação para os professores, contendo informações sobre idade, sexo, tempo de atuação profissional, número de alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula, necessidade de outros profissionais (Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Educador Especial, Psicopedagogo) e qual profissional poderia auxiliar a efetivação da inclusão escolar.

A escola eleita para participar desta pesquisa foi baseada por participar do projeto de Extensão Universitária. Os professores que participaram do estudo deveriam já ter ou estarem acompanhando alunos portadores de necessidades especiais nas classes regulares. Após a transcrição dos relatos, fez-se uma leitura ampla do material obtido.

## Resultados

Todos os participantes eram do sexo feminino, sendo que a maioria se encontrava na faixa etária de 30 a 45 anos.

Como sugestões dos professores para facilitar o processo de inclusão escolar destacaram-se: a necessidade de orientação de uma equipe multidisciplinar, formação continuada, infraestrutura e recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto a estes alunos, atitude positiva dos agentes, além do apoio da família e da comunidade.

Todas as professoras concordaram com a necessidade de inserção de outros profissionais para a efetivação do processo de inclusão escolar.

Constatou-se que a psicologia foi lembrada por 9 (45%) professores, a psicopedagogia por 8 (40%), a fisioterapia e a fonoaudiologia cada uma por 6 (30%), o educador especial por 4 (20%) e o terapeuta ocupacional por 2 (10%).

## Discussão

O resultado desta pesquisa relacionado ao sexo está de acordo com as estatísticas desta área de atuação, pois 94% dos trabalhadores que atuam na docência, no Brasil, são mulheres (CAMPOS, 1999). O trabalho de Pessanha (1994) evidencia que a categoria “magistério” formou-se no Brasil a partir da divisão social do trabalho, através de membros provenientes das classes médias. O acesso à escolarização tem evidenciado que sujeitos provenientes de classes economicamente desfavorecidas, também ascendam à profissão de professora. Os baixos salários pagos ao magistério, também são um fator determinante da presença feminina nesta carreira. Se, historicamente, coube ao homem o papel de provedor, assim está em parte, justificada sua quase ausência nesta profissão.

O estudo realizado por Sant’Ana (2005) investigou as concepções de professores e diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental de uma cidade no interior paulista, sobre inclusão escolar. As principais dificuldades indicadas para a realização da inclusão referiram-se a falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares. Resultados similares foram encontrados por Damião (2000); Dias, Sponchiado, Hirota, Camargo e Almeida (1998); Castro (2002) e Jusevicius (2002). Entre as necessidades mencionadas pelos autores podemos destacar: a formação específica e continuada dos educadores, a orientação na prática cotidiana, o apoio familiar e técnico. Estes dados coincidem com os encontrados neste estudo.

O MEC reforça que a formação dos professores para o ensino na diversidade bem como para o desenvolvimento de trabalho em equipe, são essenciais para a efetivação da inclusão. Também reforça o papel das universidades no desenvolvimento de pesquisas, estudos e atividades de extensão junto à comunidade escolar para contribuir com o processo de inclusão escolar (MEC/ SEESP, 2001).

A política educacional inclusiva e integradora pressupõe um modo de se construir o sistema educacional que considere as diferenças e necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, sem discriminá-los ou segregá-los por quaisquer dificuldades ou diferenças discriminatórias que possam ter. A escola inclusiva pressupõe uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, pois adota os princípios democráticos da educação de igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade, que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos portadores de necessidades especiais (MEC/ SEESP, 2001).

## Conclusão

Os resultados confirmam a importância da atuação de vários profissionais no processo inclusivo.

A problemática não está somente no fato de incluir novos alunos na escola de ensino regular, mas buscar novos procedimentos e repensar a formação dos educadores, para garantir a qualidade educacional para todos os alunos. O educador é uma referência para o aluno, a sua formação enfatiza o seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. Mas os educadores não aprendem no vazio, mas sim de forma interdisciplinar, pois assim permitem ampliar os conhecimentos e realizar troca de experiências, e desta forma contribuindo para uma sociedade mais cidadã e solidária.

## Referências

- BARBA, P. C. S. D. De que inclusão estamos falando? A percepção de Educadores sobre o processo de inclusão escolar em seu local de trabalho. **Pedagogo Brasil**, São Paulo, v. 8, 2003.

- BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. 68 p.

- CAMPOS, M; GROSBaum, M; PAHIM, R e ROSEMBERG, F. Profissionais de creche. **Caderno CEDES**, São Paulo: 9, 1999. p 39-66.

- GARCIA, R.M.C. A educação de indivíduos que apresentam seqüelas motoras: uma questão histórica. **Caderno CEDES**, Campinas, v.19, n.46, p.81-82, Set. 1998.

- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

- PESSANHA, E. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

-SANT' ANA, I.M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, 2005.

- SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36. ed. Campinas, SP: autores Associados, 2003.

- SCHUTZ, M.R.R.S. **Avaliação escolar como instrumento de mediação de aprendizagem na educação inclusiva: desafios no cotidiano escolar**. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em

Educação) Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2006.